FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ouvidoria: 0800-7220140

Senhores Acionistas,
Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da **FINANCEIRA ALFA S.A. - Crédito**, **Financiamento e Investimentos** ("Companhia") relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Parecer do Conselho Fiscal e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia nos semestres. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

O ano se iniciou com a posse do presidente Jair Bolsonaro e com a expectativa de que o novo governo, que assumiu com o compromisso de uma agenda de ajuste fiscal, levasse adiante a crucial reforma da previdência e ao mesmo tempo colocasse a economia novamente em condições de apresentar crescimento sustentado mais forte.

A despeito da boa avaliação inicial tanto da equipe econômica, liderada pelo ministro Paulo Guedes, quanto da agenda proposta, no decorrer do semestre as dificuldades para a tramitação da reforma da previdência passaram a exigir foco total do governo. Assim, a agenda paralela, com foco em desregulamentação e desburocratização da economia, simplificação tributária, privatizações e concessões, investimentos na melhoria da área de infraestrutura e abertura comercial, acabou sendo colocada em segundo plano.

Apesar das dificuldades da articulação política para garantir a tramitação da reforma no Congresso, chegou-se ao fim do semestre com a expectativa de aprovação de uma reforma robusta, com uma economia prevista para os próximos 10 anos consideravelmente acima do incialmente esperado pelo consenso de mercado e perspectiva de aprovação potencial em 1º turno no plenário da Câmara antes do recesso parlamentar.

O foco na reforma em detrimento da agenda de crescimento, entretanto, cobrou seu preço. O nível de atividade econômica, na falta de estímulos concretos adicionais, não sustentou as previsões otimistas do início do ano. O PIB no 1º trimestre recuou 0,2% em relação ao último trimestre de 2018 e as previsões para o 2º trimestre indicam um incremento apenas ligeiramente superior a zero.

Em paralelo, o cenário internacional também se mostrou bastante adverso no decorrer do 1º semestre. Em meio à continuidade da indefinição no conflito comercial entre Estados Unidos e China, o quadro de elevadas incertezas continuou a pesar sobre o cenário global, afetando negativamente as expectativas de crescimento ao redor do mundo. Respondendo a esse cenário, os principais bancos centrais optaram por sinalizar de forma mais explícita a disposição de proverem um ambiente de maior liquidez adiante, se e quando necessário.

No Brasil, esse ambiente de desaquecimento da economia global e maior liquidez corroborou o quadro de menor risco inflacionário derivado da decepção com o ritmo de crescimento doméstico e, com o aumento concreto das chances de aprovação da reforma da previdência, permitiu à autoridade monetária sinalizar a possibilidade de também iniciar aqui um ciclo de afrouxamento monetário.

A expectativa para o 2º semestre é aprovação da reforma da previdência pelo Senado ao redor de outubro, e de que o governo possa se voltar à agenda de crescimento econômico, com algumas medidas pontuais com efeito de curto prazo (como a liberação de recursos do FGTS, por exemplo) e mais foco em uma agenda de longo prazo (incentivo ao investimento, desestatização, energia, infraestrutura, medidas de auxílio a estados e municípios e reforma administrativa). Passada a aprovação da reforma da previdência, o governo também se voltará para levar adiante a reforma tributária, de trâmite igualmente difícil, e que deve dominar as discussões do Congresso no 2º semestre, embora sem chances concretas de aprovação no curto prazo.

Com elevados índices de desemprego e ociosidade na economia, gastos públicos e demanda externa comprometidos, muito da retomada esperada no 2º semestre e também adiante dependerá da retomada da confiança entre os agentes quanto à capacidade do governo de implementar a contento sua agenda de longo prazo. A expectativa para o crescimento da economia este ano aponta para uma expansão de 0,8% no PIB, já considerando o impulso esperado de curto prazo com a liberação de recursos do FGTS e um provável ciclo de corte de juros de 100p.p. na taxa Selic pelo Copom no decorrer do 2º semestre.

2. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado do Semestre

O lucro líquido da Companhia no semestre atingiu R$ 30.047 mil (2018 R$ 32.988 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 6,99% (2018 7,90%) sobre o patrimônio líquido inicial de R$ 899.060 mil (30/06/2018 R$ 851.004 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R$ 292,53 (2018 R$ 320,71).

Para o semestre findo foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 5.709 mil (2018 R$ 9.217 mil), correspondendo ao valor bruto de R$ zero (2018 R$ 11,25) e R$ 129,44 (2018 R$ 193,72) por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, conforme nota explicativa 12b.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido atingiu R$ 923.271 mil ao final do semestre (30/06/2018 R$ 874.335 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R$ 8.988,66 (30/06/2018 R$ 8.500,21).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2019, homologada pelo Banco Central do Brasil em 26/06/2019, aprovou o aumento do capital social para R$ 448.030 mil, mediante incorporação de reservas de lucros.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 20,11% ao final do semestre (30/06/2018 19,21%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

Recursos Captados

O volume de recursos captados pela Companhia atingiu R$ 4.833.120 mil na data do balanço (30/06/2018 R$ 4.558.967 mil). Esses recursos estavam representados por R$ 4.813.767 mil (30/06/2018 R$ 4.510.018 mil) em depósitos interfinanceiros, R$ 16.247 mil (30/06/2018 R$ 40.113 mil) em repasses do BNDES e FINAME e R$ 3.106 mil (30/06/2018 R$ 8.836 mil) em obrigações por venda de ativos financeiros.

Ativos e Empréstimos

O ativo total alcançou R$ 6.396.934 mil ao final do semestre (30/06/2018 R$ 5.744.706 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R$ 768.533 mil na data do balanço (30/06/2018 R$ 520.311 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria "títulos para negociação".

A carteira de crédito, incluindo relações interfinanceiras de R$ 72.934 mil (30/06/2018 R$ 161.832 mil) e o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" no montante de R$ 257.909 mil (30/06/2018 R$ 78.227 mil, também positivo), conforme Carta Circular do BACEN nº 3.624 de 26/12/2013, atingiu R$ 4.606.517 mil ao final do semestre (30/06/2018 R$ 4.398.214 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R$ 45.072 mil (30/06/2018 R$ 41.761 mil), correspondente a 1,05% (30/06/2018 1,00%) do total da carteira de crédito. O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R$ 58.242 mil (30/06/2018 R$ 74.162 mil), representando 1,36% (30/06/2018 1,78%) do total da carteira de crédito, 27,38% (30/06/2018 48,61%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

3. OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

4. DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos,** ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

5. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 08 de agosto de 2019, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2019.

6. AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento da **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 08 de agosto de 2019

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal de 08 de agosto de 2019.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - EM R$ MIL

Ativo	2019	2018
Circulante	**3.713.967**	**3.598.835**
Disponibilidades	**12.757**	**10.795**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 3)	**817.942**	**715.166**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	817.942	715.166
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 4)	**764.210**	**496.642**
Carteira Própria	47.634	151.707
Vinculados à Prestação de Garantias	709.922	337.716
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15)	6.654	7.219
Relações Interfinanceiras	**72.932**	**161.832**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	72.932	161.832
Operações de Crédito (Nota 5)	**1.953.662**	**2.108.855**
Setor Privado	1.968.920	2.129.993
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	2.783	3.268
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 5d)	(18.041)	(24.406)
Outros Créditos	**78.445**	**90.032**
Rendas a Receber	39	6.198
Diversos (Nota 6)	78.422	83.949
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 5d)	(16)	(115)
Outros Valores e Bens	**14.019**	**15.513**
Outros Valores e Bens	7.075	9.904
(Provisão para Desvalorização)	(1.800)	(2.891)
Despesas Antecipadas (Nota 7)	8.744	8.500
Realizável a Longo Prazo	**2.673.460**	**2.137.840**
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 4)	**4.323**	**23.669**
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15)	4.323	23.669
Operações de Crédito (Nota 5)	**2.454.102**	**1.904.631**
Setor Privado	2.493.843	1.952.289
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	196	1.983
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 5d)	(39.937)	(49.641)
Outros Créditos	**211.207**	**208.394**
Diversos (Nota 6)	211.454	208.394
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 5d)	(247)	–
Outros Valores e Bens	**3.828**	**1.146**
Despesas Antecipadas (Nota 7)	3.828	1.146
Permanente	**9.507**	**8.031**
Investimentos	**751**	**751**
Outros Investimentos	1.308	1.308
(Provisão para Perdas)	(557)	(557)
Imobilizado de Uso	**7.682**	**6.222**
Outras Imobilizações de Uso	16.129	13.851
(Depreciações Acumuladas)	(8.447)	(7.629)
Intangível	**1.074**	**1.058**
Ativos Intangíveis	3.470	3.022
(Amortização Acumulada)	(2.396)	(1.964)
Total Geral do Ativo	**6.396.934**	**5.744.706**

Passivo	2019	2018
Circulante	**2.821.043**	**1.648.523**
Depósitos (Nota 9)	**2.648.402**	**1.507.427**
Depósitos Interfinanceiros	2.648.402	1.507.427
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 9)	**12.110**	**23.508**
BNDES	1.022	691
FINAME	11.088	22.817
Instrumentos Financeiros Derivativos	**74.743**	**47.323**
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15)	74.743	47.323
Outras Obrigações	**85.788**	**70.265**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.687	1.171
Sociais e Estatutárias	10.784	13.348
Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	19.992	13.594
Diversas (Nota 10b)	53.325	42.152
Exigível a Longo Prazo	**2.637.519**	**3.199.720**
Depósitos (Nota 9)	**2.165.365**	**3.002.591**
Depósitos Interfinanceiros	2.165.365	3.002.591
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 9)	**4.137**	**16.605**
BNDES	1.141	2.107
FINAME	2.996	14.498
Instrumentos Financeiros Derivativos	**335.252**	**112.004**
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15)	335.252	112.004
Outras Obrigações	**132.765**	**68.520**
Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	100.184	26.234
Diversas (Nota 10b)	32.581	42.286
Resultados de Exercícios Futuros	**15.101**	**22.128**
Resultados de Exercícios Futuros	15.101	22.128
Patrimônio Líquido	**923.271**	**874.335**
Capital (Nota 12a):	448.030	423.430
De Domiciliados no País	424.332	399.520
De Domiciliados no Exterior	23.698	23.910
Reservas de Capital	4.099	4.099
Reservas de Lucros (Nota 12c)	472.185	447.176
(Ações em Tesouraria)	(1.043)	(370)
Total Geral do Passivo	**6.396.934**	**5.744.706**

DEMONTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO - Semestres Findos em 30 de Junho - Em R$ MIL

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	**400.030**	**4.251**	**446.805**	**(82)**	**–**	**851.004**
Aumento de Capital - AGE 19/04/2018	23.400	–	(23.400)	–	–	–
Outros Eventos:						
Aquisição de Ações Próprias	–	–	–	(440)	–	(440)
Cancelamento de Ações Próprias	–	(152)	–	152	–	–
Lucro Líquido do Semestre	**–**	**–**	**–**	**–**	**32.988**	**32.988**
Destinações:						
Reservas	–	–	23.771	–	(23.771)	–
Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	–	(9.217)	(9.217)
Saldos em 30/06/2018	**423.430**	**4.099**	**447.176**	**(370)**	**–**	**874.335**
Mutações do Período	23.400	(152)	371	(288)	–	23.331
Saldos em 31/12/2018	**423.430**	**4.099**	**472.447**	**(916)**	**–**	**899.060**
Aumento de Capital - AGE 25/04/2019	24.600	–	(24.600)	–	–	–
Outros Eventos:						
Aquisição de Ações Próprias	–	–	–	(127)	–	(127)
Lucro Líquido do Semestre	**–**	**–**	**–**	**–**	**30.047**	**30.047**
Destinações:						
Reservas	–	–	24.338	–	(24.338)	–
Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	–	(5.709)	(5.709)
Saldos em 30/06/2019	**448.030**	**4.099**	**472.185**	**(1.043)**	**–**	**923.271**
Mutações do Período	24.600	–	(262)	(127)	–	24.211

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Semestres Findos em 30 de Junho - Em R$ MIL

Descrição	2019	2018
Receitas da Intermediação Financeira	**321.336**	**300.359**
Operações de Crédito	422.833	234.625
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	46.786	34.837
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15f)	(155.485)	14.089
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 5e)	7.202	16.808
Despesas da Intermediação Financeira	**(162.924)**	**(151.483)**
Operações de Captação no Mercado	(152.134)	(141.289)
Operações de Empréstimos e Repasses	(573)	(2.697)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 5e)	(228)	(574)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 5d)	(9.989)	(6.923)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**158.412**	**148.876**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(111.115)**	**(98.463)**
Receitas de Prestação de Serviços	10.655	5.637
Rendas de Tarifas Bancárias	16.696	18.409
Despesas de Pessoal	(61.087)	(56.416)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16a)	(38.426)	(33.508)
Despesas Tributárias	(11.058)	(10.718)
Outras Receitas Operacionais (nota 16b)	2.067	4.112
Outras Despesas Operacionais (nota 16c)	(29.962)	(25.979)
Resultado Operacional	**47.297**	**50.413**
Resultado Não Operacional (Nota 16d)	**219**	**(418)**
Resultado antes da Tributação e Participações	**47.516**	**49.995**
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 8a)	**(14.928)**	**(14.721)**
Provisão para Imposto de Renda	(9.705)	(9.807)
Provisão para Contribuição Social	(6.191)	(8.258)
Ativo Fiscal Diferido	968	3.344
Participações no Lucro	**(2.541)**	**(2.286)**
Empregados	(2.541)	(2.286)
Lucro Líquido	**30.047**	**32.988**
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - R$	**292,53**	**320,71**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Semestres Findos em 30 de Junho - Em R$ MIL

Atividades Operacionais	2019	2018
Lucro Líquido do Período	**30.047**	**32.988**
Ajustes ao Lucro Líquido	**21.108**	**685**
Depreciações e Amortizações	992	868
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.983	6.923
Ajustes de Provisão de Passivos Contingentes	11.045	(5.689)
Ajuste de Atualização de Depósito Judicial e Impostos a Compensar	(466)	(132)
Ajuste Provisão p/Desvalorização Outros Valores e Bens	(446)	(1.285)
(Aumento)/Redução dos Ativos Operacionais	**(536.593)**	**(372.029)**
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(198.757)	(27.522)
Operações de Crédito	(437.253)	(453.122)
Outros Créditos	(11.168)	121.636
Outros Valores e Bens	(1.546)	727
Relações Interfinanceiras	112.170	(13.693)
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(2.363)	(2.333)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	2.324	2.278
Aumento/(Redução) dos Passivos Operacionais	**428.346**	**353.552**
Depósitos	295.748	413.834
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(10.291)	(14.913)
Instrumentos Financeiros Derivativos	126.051	(7.690)
Outras Obrigações	38.692	(27.784)
Resultados de Exercícios Futuros	(4.022)	3.868
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(17.832)	(13.763)
Caixa Líquido Proveniente de (Aplicado em) Atividades Operacionais	**(57.092)**	**15.196**
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizados de Uso	(955)	(1.050)
Aplicações no Intangível	(287)	(28)
Alienação de Imobilizados de Uso	23	83
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	415	473
Caixa Líquido (Aplicado em) Atividades de Investimento	**(804)**	**(522)**
Atividades de Financiamentos		
Aquisição de Ações de Emissão Própria	(127)	(440)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(9.356)	(9.990)
Caixa Líquido (Aplicado em) Atividades de Financiamento	**(9.483)**	**(10.430)**
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes	**(67.379)**	**4.244**
Caixa e Equivalentes no Início do Período	898.078	721.717
Caixa e Equivalentes no Final do Período	830.699	725.961
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(67.379)**	**4.244**

continua

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555
www.luzpublicidade.com.br

continuação

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Semestres Findos em 30 de Junho - Em R$ MIL

	2019	2018
1. Receitas	**340.984**	**319.231**
Intermediação Financeira	321.336	300.359
Prestação de Serviços	27.351	24.046
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.989)	(6.923)
Outras Receitas Operacionais	2.067	2.167
Resultados não Operacionais	219	(418)
2. Despesas da Intermediação Financeira	**152.936**	**144.560**
3. Materiais e Serviços Adquiridos de Terceiros	**63.127**	**53.102**
Materiais, Energia e Outros (Materiais de Consumo, Telefone e Água)	822	1.565
Serviços de Terceiros	62.305	51.537
4. Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	**124.921**	**121.569**
5. Depreciação, Amortização e Exaustão	**992**	**868**
6. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	**123.929**	**120.701**
7. Valor Adicionado Recebido em Transferência	**123.929**	**120.701**
8. Valor Adicionado Total a Distribuir	**123.929**	**120.701**
9. Distribuição do Valor Adicionado	**123.929**	**120.701**
Pessoal	**54.762**	**50.121**
Remuneração Direta	39.915	37.597
Benefícios	11.553	9.445
F.G.T.S.	3.294	3.079
Imposto, Taxas e Contribuições	**34.852**	**34.019**
Federais	33.059	32.480
Estaduais	7	4
Municipais	1.786	1.535
Remuneração de Capitais de Terceiros	**4.268**	**3.573**
Aluguéis	4.268	3.573
Remuneração de Capitais Próprios	**30.047**	**32.988**
Juros sobre o Capital Próprio	5.709	9.217
Lucros Retidos	24.338	23.771

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 - EM R$ MIL

(01) ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Atividade e Estrutura do Grupo: A **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** ("Companhia") é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, o qual é liderado pelo Banco Alfa de Investimento S.A. que tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e, posteriormente, criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento, Companhia Real de Investimento - C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial). O Conglomerado Financeiro Alfa é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. As seguintes instituições financeiras compõem o Conglomerado: • Banco Alfa de Investimento S.A. (instituição líder do Conglomerado) e suas controladas: Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (BRI Participações Ltda., controlada pelo Banco Alfa de Investimento mas não se tratando de empresa financeira); • Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos; e • Banco Alfa S.A. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"). Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado Financeiro Alfa vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros. O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos. O controlador da Financeira Alfa S.A. possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nesta demonstração financeira: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa); Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

b) Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 07/08/2019 e aprovadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal em 08/08/2019. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do CMN (Conselho Monetário Nacional). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) o pronunciamento estrutural conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados. **b.1) Reclassificação para fins de comparabilidade:** A partir do 2º semestre de 2018 a Financeira Alfa S.A. efetuou a reclassificação das operações realizadas junto às empresas participantes do sistema de liquidação e arranjo de pagamentos (títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente ou retenção de risco e benefícios), até então registradas no grupo de "Outros créditos - Diversos", para o grupo "Relações interfinanceiras". Seguem abaixo as reclassificações efetuadas em 30/06/2018 no balanço patrimonial visando permitir a comparabilidade das demonstrações financeiras:

	Balanço Patrimonial			
	30/06/2018	Reclassificação	30/06/2018	30/06/2019
Outros Créditos - Diversos	454.175	(161.832)	292.343	289.876
Relações Interfinanceiras	–	161.832	161.832	72.932

(02) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado. **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999. **b) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nº 4b e 15). A Provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 5 letras "c" e "d"). **c) Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001: I - Títulos para negociação; II - Títulos disponíveis para venda; III - Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria "títulos disponíveis para venda" estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida: i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidas no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data do balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, estes valores são obtidos através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos". Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são classificados de acordo com sua natureza em: • Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado; • Hedge de Fluxo de Caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido. A Companhia não realizou até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção ("hedge") com natureza de "hedge de fluxo de caixa". A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 15, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de SWAP registrados na B3, classificados como "Hedge de Risco de Mercado", tendo como objeto operações de crédito. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3. As operações de crédito designadas para "hedge" risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhecem-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras. A efetividade da proteção ("hedge"), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 15. **e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:** A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014. As cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus ativos financeiros objetos da cessão registrados no ativo, na rubrica de "Operações de Crédito Vinculadas a Cessão". Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida, rubrica "Outras Obrigações - Diversas - Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão", e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada ao resultado pelos prazos remanescentes das operações. As cessões de crédito com transferência dos riscos, os ativos financeiros adquiridos são registrados no ativo pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, na rubrica "Operações de Crédito", mantidos controles analíticos sobre os valores originalmente contratados. **f) Ativo permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos: • Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: Veículos e processamento de dados 20%, Móveis e utensílios e instalações 10% e; • Amortização, basicamente, de despesas com benfeitorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos. **g) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **h) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20% para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169, de 06/10/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota nº 8b). **i) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com: • Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota nº 5d); • Instrumentos financeiros derivativos (vide nota nº 15); • Ativos tributários diferidos (vide nota nº 8b); e • Passivos contingentes (vide nota nº 11). A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados. **j) Ativos e passivos contingentes**: Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros. i) Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Passivos contingentes - fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança. **k) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(03) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A Companhia possui certificados de depósitos interfinanceiros com empresa do Conglomerado Financeiro no montante de R$ 817.942 (30/06/2018 R$ 715.166) com taxas indexadas a 100,0% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 31/07/2019.

(04) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

	30/06/2019	30/06/2018
Carteira própria - livres:		
letras financeiras do tesouro	47.634	151.707
Vinculados a prestação de garantias:		
letras financeiras do tesouro	709.922	337.716
Total - títulos e valores mobiliários	**757.556**	**489.423**
Swaps - diferencial a receber (nota 15d)	10.977	30.888
Total - instrumentos financeiros derivativos	**10.977**	**30.888**
TOTAL GERAL	**768.533**	**520.311**

b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e vencimento:

Títulos para Negociação	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080	Saldo em 30/06/2019	Saldo em 30/06/2018
Títulos para negociação letras financeiras do tesouro (i)	603.962	153.594	757.556	489.423
Títulos e valores mobiliários - letras financeiras do tesouro (i)	**603.962**	**153.594**	**757.556**	**489.423**
% concentração por prazo	**79,7%**	**20,3%**	**100,0%**	

- "Títulos para negociação": O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). **(i)** O ajuste positivo dos Títulos para Negociação no montante de R$ 236 (30/06/2018 R$ 169 positivo), obtido entre os valores de custo R$ 757.320 (30/06/2018 R$ 489.254) e de mercado R$ 757.556 (30/06/2018 R$ 489.423), foi registrado sob o título "Resultado com Títulos e Valores Mobiliários". Os títulos privados são custodiados na B3 e os títulos públicos no Selic.

c) Composição dos títulos vinculados a prestação de garantias:

	30/06/2019	30/06/2018
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	701.336	329.048
Títulos dados em garantia em ações judiciais	8.586	8.668
Total	**709.922**	**337.716**

(05) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por setor de atividade:

	30/06/2019		30/06/2018	
Setores de Atividade:	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Setor Privado				
Rural	7.018	0,2	7.018	0,2
Indústria	33.824	0,8	43.311	1,0
Comércio	470.399	11,0	693.709	16,7
Instituições Financeiras	61.135	1,4	144.066	3,5
Outros Serviços	262.022	6,1	252.260	6,1
Pessoas Físicas	3.441.276	80,5	3.017.791	72,5
Total da Carteira	**4.275.674**	**100,0**	**4.158.155**	**100,0**
Empréstimos	2.652.784	62,0	2.192.180	52,7
Financiamentos	1.552.070	36,3	1.811.875	43,6
Operações de crédito vinculados a cessão	2.979	0,1	5.251	0,1
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (nota 6)	59.862	1,4	143.213	3,4
Outros créditos (nota 6)	7.979	0,2	5.636	0,2
Total da Carteira	**4.275.674**	**100,0**	**4.158.155**	**100,0**
Ajuste ao valor mercado - item objeto hedge	257.909		78.227	
Relações interfinanceiras (*)	72.934		161.832	
Total Global	**4.606.517**		**4.398.214**	

(*) Refere-se a títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente ou retenção de riscos e benefícios, o qual em 30/06/2019 possuía provisão para crédito de liquidação duvidosa de R$ 2 (30/06/2018 R$ zero), valor líquido de provisão R$ 72.932 (30/06/2018 R$ 161.832).

b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento:

Parcelas por faixas de vencimento:	30/06/2019			
	A Vencer	Vencidos	Total	%
A vencer				
- até 180 dias	1.274.364	10.383	1.284.747	30,0
- de 181 a 360 dias	706.066	7.069	713.135	16,7
- acima de 360 dias	2.250.172	19.494	2.269.666	53,1
Total vincendas	**4.230.602**	**36.946**	**4.267.548**	**99,8**
Vencidas				
- até 60 dias	–	2.709	2.709	0,1
- de 61 a 180 dias	–	3.380	3.380	0,1
- acima de 180 dias	–	2.037	2.037	–
Total vencidas	**–**	**8.126**	**8.126**	**0,2**
Total da carteira	**4.230.602**	**45.072**	**4.275.674**	**100,0**

Parcelas por faixas de vencimento:	30/06/2018			
	A Vencer	Vencidos	Total	%
A vencer				
- até 180 dias	1.469.798	10.671	1.480.469	35,6
- de 181 a 360 dias	690.547	7.195	697.742	16,8
- acima de 360 dias	1.956.049	16.064	1.972.113	47,4
Total vincendas	**4.116.394**	**33.930**	**4.150.324**	**99,8**
Vencidas				
- até 60 dias	–	2.946	2.946	0,1
- de 61 a 180 dias	–	3.347	3.347	0,1
- acima de 180 dias	–	1.538	1.538	–
Total vencidas	**–**	**7.831**	**7.831**	**0,2**
Total da carteira	**4.116.394**	**41.761**	**4.158.155**	**100,0**

continua

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555
www.luzpublicidade.com.br

continuação

ALFA FINANCEIRA

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 - EM R$ MIL

Ouvidoria: 0800-7220140

c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco: A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

	30/06/2019				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
Níveis de Risco:	(*) A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	268.925	–	268.925	–	–
A	3.811.323	–	3.811.323	19.057	19.819
B	109.446	7.896	117.342	1.173	3.462
C	19.047	7.839	26.886	807	2.667
D	13.966	4.938	18.904	1.889	5.669
E	3.768	3.683	7.451	2.235	3.725
F	2.315	4.160	6.475	3.237	4.532
G	318	3.159	3.477	2.434	3.477
H	1.494	13.397	14.891	14.891	14.891
Total	**4.230.602**	**45.072**	**4.275.674**	**45.723**	**58.242**

	30/06/2018				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
Níveis de Risco:	(*) A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	1.331.665	–	1.331.665	–	–
A	679.759	–	679.759	3.399	3.404
B	2.045.107	6.171	2.051.278	20.513	33.231
C	28.301	7.823	36.124	1.084	2.998
D	18.367	6.664	25.031	2.503	7.507
E	5.572	3.329	8.901	2.670	4.450
F	4.864	4.551	9.415	4.708	6.590
G	344	2.838	3.182	2.227	3.182
H	2.415	10.385	12.800	12.800	12.800
Total	**4.116.394**	**41.761**	**4.158.155**	**49.904**	**74.162**

(*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	1º Semestre	
	2019	2018
Saldo inicial no período	(59.302)	(79.447)
Complemento líquido de reversão	(9.989)	(6.923)
Baixas líquidas dos valores recuperados	11.049	12.208
Saldo final no período	**(58.242)**	**(74.162)**

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu o montante de R$ 58.242 (30/06/2018 R$ 74.162), correspondente a 1,36% (30/06/2018 1,78%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" e as relações interfinanceiras. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas. No semestre foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R$ 13.108 (2018 R$ 14.745), e ocorreram recuperações no montante de R$ 6.207 (2018 R$ 6.740). O saldo das operações renegociadas era de R$ 38.005 (30/06/2018 R$ 47.310) na data do balanço. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. **e) Cessão de crédito:** As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 2 "e" destas demonstrações financeiras. O saldo das operações de crédito cedidas com retenção de riscos contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no período, perfaz o montante de R$ 2.979 (30/06/2018 R$ 8.343), tendo sido reconhecida no semestre receita de juros para estas operações o montante de R$ 358 (2018 R$ 927), e estão registradas na demonstração de resultado sob a rubrica "Rendas de Operações de Crédito - Rendas de Empréstimos". O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pela Companhia nestas transações, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo no montante de R$ 3.106 (30/06/2018 R$ 8.836), tendo sido apropriadas no semestre despesas de juros no montante de R$ 228 (2018 R$ 574) registrado na rubrica "Despesas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros". A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com retenção de riscos segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, e está registrado no montante de R$ 9 (30/06/2018 R$ 78). A partir de Novembro/2016 a Companhia vem adquirindo carteira de operações de crédito consignado via cessão de operações de crédito com transferência dos riscos com instituição financeira ligada. O volume de transação destas operações no semestre corresponde a R$ 397.803 (2018 R$ 312.755), registrada em conta adequada do ativo, na rubrica "Operações de Crédito", tendo sido reconhecidas no semestre receitas no montante de R$ 57.438 (2018 R$ 39.718) registradas na rubrica "Rendas de Operações de Crédito - Rendas de Empréstimos".

(06) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	30/06/2019	30/06/2018
Créditos tributários (nota 8b)	153.136	74.884
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (*)	59.862	143.213
Depósitos judiciais	40.042	40.239
Carteira de crédito - recursos em trânsito	16.454	9.405
Prêmio na venda de operações de crédito - ligadas	9.790	14.951
Títulos e créditos a receber	7.979	5.636
Tributos antecipados	255	2.270
Outros créditos	2.358	1.745
Total	**289.876**	**292.343**

(*) Refere-se a operações de crédito pessoal consignado adquiridas com cláusula de coobrigação junto a instituições ligadas. Para registro das operações de crédito adquiridas foi observado o critério contábil estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08.

(07) DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às revendas de veículos e às lojas de departamento. Essas despesas, quando não são pagas ou financiadas pelos clientes, são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.

(08) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	1º Semestre	
	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado	**44.975**	**47.709**
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (*)	(17.990)	(21.469)
Efeito no cálculo dos tributos:	3.062	6.748
Juros sobre o capital próprio	2.284	4.148
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(2.407)	(4.061)
Créditos amortizados para prejuízo	487	(226)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	427	2.378
Contingência fiscais, trabalhistas e cíveis	(726)	655
Obrigações fiscais diferidas	(53)	(50)
Ativo fiscal diferido	968	3.344
Outros valores (**)	2.082	560
Imposto de renda e contribuição social	**(14.928)**	**(14.721)**
Sendo:		
Impostos correntes	**(15.843)**	**(18.012)**
Impostos diferidos	**915**	**3.291**
Despesa contabilizada	**(14.928)**	**(14.721)**

(*) Vide nota explicativa nº 2h.
(**) Em 2019, refere-se basicamente a reversão de provisão para serviço de tecnologia.

b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2018	Constituição	Realização	30/06/2019
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	14.983	4.418	(3.643)	15.758
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	23.724	624.122	(624.548)	23.298
Créditos amortizados para prejuízo	6.543	1.316	(1.803)	6.056
Outros créditos tributários	4.910	4.071	(5.541)	3.440
Derivativos	62.090	54.465	(11.971)	104.584
Total - Crédito Tributário Ativo	**112.250**	**688.392**	**(647.506)**	**153.136**
Derivativos	(67.393)	(51.786)	11.867	(107.312)
Outros	(988)	(52)	–	(1.040)
Total - Obrigações Fiscais Diferidas	**(68.381)**	**(51.838)**	**11.867**	**(108.352)**
Créditos Tributários Líquidos das Obrigações Fiscais Diferidas	**43.869**			**44.784**
% sobre Patrimônio Líquido	**5,0%**			**4,9%**

A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2019, estimou que a realização do crédito tributário ativo ocorrerá na seguinte proporção:

Realização					
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	+ 05 anos
17%	25%	16%	15%	12%	15%

Em 30/06/2019, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R$ 39.657 (30/06/2018 R$ 40.319).

(09) DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

Composição de recursos captados por prazos de vencimento:

	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 30/06/2019
Depósitos interfinanceiros (i)	1.150.864	1.497.538	2.160.059	5.306	4.813.767
Obrigações por repasses (ii)	4.456	7.654	3.641	496	16.247
Obrigações por operações de venda de ativos financeiros	960	2.127	19	–	3.106
Total de captações	**1.156.280**	**1.507.319**	**2.163.719**	**5.802**	**4.833.120**
% concentração por prazo	**23,9%**	**31,2%**	**44,8%**	**0,1%**	**100,0%**

	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 30/06/2018
Depósitos interfinanceiros	608.703	898.724	2.960.591	42.000	4.510.018
Obrigações por repasses	6.727	16.781	15.405	1.200	40.113
Obrigações por operações de venda de ativos financeiros	1.271	3.357	4.208	–	8.836
Total de captações	**616.701**	**918.862**	**2.980.204**	**43.200**	**4.558.967**
% concentração por prazo	**13,5%**	**20,2%**	**65,4%**	**0,9%**	**100,0%**

Os recursos captados no país para repasses a clientes possuem as seguintes características: **(i)** Depósitos interfinanceiros com vencimentos até 27/06/2022 indexados à taxa pré-fixada que variam de 4,99% a 12,70% a.a. e pós-fixada indexado em 96% a 109,00% do CDI; **(ii)** Representado por Operações BNDES, com vencimentos até 17/10/2022 à taxa pós-fixada 2,10% a.a. mais TJLP e à taxa pós-fixada de 1,70% a 1,96% a.a. mais Selic, Operações de FINAME com vencimentos até 17/07/2023 à taxa pós-fixada de 0,90% até 2,10% a.a. mais TJLP, à taxa pós-fixada 1,40% até 2,34% a.a. mais Selic, pós-fixada de 4,09% até 4,25% a.a. mais TLP - IPC e pré-fixada de 1,30% até 19,79% a.a., garantidas por contratos.

(10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	6.336	7.394
Impostos e contribuições a recolher	5.488	5.583
Provisões para impostos e contribuições diferidos (*)	108.352	26.851
Total	**120.176**	**39.828**

(*) Refere-se, basicamente, a IR Diferido - TVM e Derivativos (vide nota explicativa nº 8 "b");

b) Diversas:

	30/06/2019	30/06/2018
Contingência trabalhista (nota 11)	33.458	30.358
Carteira de crédito - valores a processar/liberar	23.372	15.279
Provisões de pessoal e administrativa	16.879	21.199
Contingências Fiscais (nota 11)	5.107	4.814
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 5e)	3.106	8.836
Contingência cível (nota 11)	830	1.147
Credores diversos	3.154	2.805
Total	**85.906**	**84.438**

(11) PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos. As provisões constituídas e respectivas variações no período estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e Previdenciárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)
Saldo inicial em 01/01/2019	**4.958**	**31.546**	**952**
(+) Complemento de provisão	41	9.708	(*) 1.231
(+) Atualização de provisão	108	–	–
(–) Baixa por pagamento	–	(7.796)	(**) (1.310)
(–) Baixa por reversão	–	–	(43)
Saldo final em 30/06/2019	**5.107**	**33.458**	**830**

(*) Refere-se à provisão da expectativa de perda das ações em andamento, realizada pela Administração.
(**) Refere-se basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.

a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial. As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se no exigível a longo prazo na rubrica "Provisão para Contingências" do grupo "Outras Obrigações - Diversas". A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, no montante de R$ 5.722 (30/06/2018 R$ 4.675). **b)** As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "Provisão para Contingências" do grupo "Outras Obrigações - Diversas", no exigível a longo prazo (vide nota nº 10 "b"). As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia a esse título. As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R$ 24.890 (30/06/2018 R$ 19.940) na data destas demonstrações financeiras. **c)** As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica "Outras Obrigações - Diversas" (vide nota nº 10 "b"). Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável. As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R$ 2.107 (30/06/2018 R$ 6.022) na data destas demonstrações financeiras, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

(12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Está dividido em 58.736.269 de ações ordinárias e 44.206.287 de ações preferenciais sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2019, homologada pelo Banco Central do Brasil em 26/06/2019, aprovou o aumento do capital social para R$ 448.030, mediante incorporação de reservas de lucros. **b) Dividendos:** O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995. De acordo com o artigo 5º, parágrafo 2º: "Para as ações preferenciais é assegurado o direito ao dividendo anual mínimo de 8% sobre a parte do capital representada pelas ações preferenciais, mantendo-se e preservando-se, desta forma, o direito originário ao dividendo anual mínimo de 8% calculado sobre o valor nominal das mesmas ações para preferentemente a qualquer outro dividendo", conforme demonstrado abaixo:

Demonstrativo	30/06/2019	30/06/2018
Lucro líquido do período	**30.047**	**32.988**
(–) Reserva legal	(1.502)	(1.649)
Lucro líquido ajustado	28.545	31.339
Juros sobre capital próprio - valor bruto	**5.709**	**9.217**
(–) Imposto de renda na fonte - 15%	(856)	(1.383)
Juros sobre capital próprio - valor líquido	4.853	7.834
% sobre o lucro líquido ajustado	17%	25%

Para o semestre foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 5.709 (30/06/2018 R$ 9.217), correspondendo ao valor bruto de R$ 129,44 (30/06/2018 R$ 193,72) por lote de mil ações preferenciais e R$ zero (30/06/2018 R$ 11,25) por lote de mil ações ordinárias. A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado da Companhia em R$ 2.284 (30/06/2018 R$ 3.687) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

A seguir, demonstramos os valores aprovados:

Valores por Lote de 1.000 Ações				
Tipo de Ação	Quantidade de Ações		1º Semestre	R$ Mil
ON	58.736.269		–	–
ON	(126.900)	(*)	–	–
PN	44.206.287		129,44	5.722
PN	(100.600)	(*)	129,44	(13)
	102.715.056			**5.709**

(*) Ações em Tesouraria.

c) Reservas de Lucros:

	30/06/2019	30/06/2018
Reserva legal	66.355	63.099
Reservas estatutárias - aumento de capital	328.361	311.243
Reservas estatutárias - dividendos	77.469	72.834
Total	**472.185**	**447.176**

d) Ações em tesouraria - programa de recompra de ações: d1. O programa de recompra de ações da Companhia, iniciado em 13/11/2017, foi finalizado conforme deliberado na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/03/2019. No âmbito do Programa foram recompradas 133.500 ações ordinárias e 108.800 ações preferenciais, das quais conforme deliberado na ata de Reunião do Conselho de Administração de 08/03/2018, houve o cancelamento, sem redução do capital social, de 6.700 ações ordinárias e 27.700 ações preferenciais, perfazendo um total de R$ 153. Em função do cancelamento de ações ora deliberado, o capital social da Sociedade, de R$ 423.430, passa a ser dividido em 102.942.556 (ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 ordinárias e 44.206.287 preferenciais, inconversíveis em ordinárias). O prazo para execução do programa era de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho. **d2.** Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, alínea "h" do Estatuto Social da Companhia, 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R$ 3.600, sem redução de capital social. Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. Durante o 1º semestre de 2019, foram adquiridas no âmbito do referido programa, 100 ações ordinárias no montante de R$ 1 e 19.500 ações preferenciais no montante de R$ 110. A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2019 é de 126.900 ações ordinárias e 100.600 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R$ 1.043. Em 30/06/2019 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON é de R$ 4,35 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo é de R$ 5,60, R$ 5,63 e R$ 5,65 respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 30/06/2019, era de R$ 6,83 por ação ON e R$ 7,34 por ação PN.

(13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	30/06/2019 Ativos (Passivos)	30/06/2018 Ativos (Passivos)	1º Semestre 2019 Receitas (Despesas)	1º Semestre 2018 Receitas (Despesas)
Disponibilidades	**11.989**	**8.864**	**–**	**–**
- Outras partes relacionadas (1)	**11.989**	**8.864**	**–**	**–**
Banco Alfa S.A.	11.989	8.864	–	–
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)	**(3.995.824)**	**(3.794.852)**	**(124.518)**	**(121.486)**
- Outras partes relacionadas (1)	**(3.995.824)**	**(3.794.852)**	**(124.518)**	**(121.486)**
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(364.202)	(846.648)	(22.259)	(26.906)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(3.631.622)	(2.948.204)	(102.259)	(94.580)
Aquisição de ativos financeiros	**799.927**	**695.658**	**58.281**	**50.565**

continua

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555
www.luzpublicidade.com.br

ALFA FINANCEIRA

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 - EM R$ MIL

	30/06/2019 Ativos (Passivos)	30/06/2018 Ativos (Passivos)	1º Semestre 2019 Receitas (Despesas)	1º Semestre 2018 Receitas (Despesas)
- Outras partes relacionadas (2)	**61.135**	**144.016**	**7.298**	**16.808**
Banco Alfa S.A.	61.135	144.016	7.298	16.808
- Outras partes relacionadas	**738.792**	**551.642**	**50.983**	**33.757**
Banco Alfa S.A. (3)	737.895	551.642	50.916	33.757
C&C Casa e Construção Ltda.	58	–	63	–
Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda.	839	–	4	–
Juros sobre o capital próprio e dividendos	**(2.806)**	**(4.703)**	**(3.301)**	**(5.533)**
- Outras partes relacionadas	**(1.014)**	**(2.011)**	**(1.193)**	**(2.365)**
Alfa Holdings S.A.	(1)	(168)	(1)	(198)
Consorcio Alfa de Administração S.A.	(1)	(168)	(1)	(197)
Corumbal Participações e Administração	(1.012)	(1.675)	(1.191)	(1.970)
- Pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora	**(1.792)**	**(2.692)**	**(2.108)**	**(3.168)**
Outras transações (4)	**(476)**	**(478)**	**(6.348)**	**(4.919)**
- Outras partes relacionadas	**(476)**	**(478)**	**(6.348)**	**(4.919)**
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	–	(71)	(1)	–
Banco Alfa S.A.	(124)	(94)	–	–
Banco Alfa de Investimento S.A.	(352)	(313)	–	–
Hotel Transamérica Ltda.	–	–	(25)	–
Metro Sistemas e Informática Ltda.	–	–	(1.511)	(1.041)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	–	–	(223)	(828)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	–	–	(4.588)	(3.050)

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. **(2)** Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, no montante de R$ 61.023 (30/06/2018 R$ 143.213) e realizadas na vigência da Circular BACEN nº 2.568, de 04/05/1995, no montante de R$ 112 (30/06/2018 R$ 803). **(3)** Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (sem coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008. **(4)** Os ressarcimentos de custos referem-se basicamente, à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes. **b)** Remuneração dos Administradores: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Administração e Diretoria. No semestre, o montante registrado foi de R$ 5.185 (2018 R$ 4.389) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria. A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração. **(b.1)** Em 29/10/2018 o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº 4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019 as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber: • Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito; • Artigo 7º: Limites - O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais: a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica. **c)** Participação acionária: Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 30 de junho de 2019: Ordinárias 1,877%, Preferenciais 36,581% e do total de ações 16,786%.

(14) GERENCIAMENTO DE RISCO

Risco Corporativo: O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa ("Conglomerado") sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido mantenha-se sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco. O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Conglomerado. Os riscos, falhas e ou deficiências, que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Conglomerado, devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração. O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Conglomerado. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração. Em atendimento às Resoluções nºs 4.557/2017 e 4.327/2014 do Banco Central do Brasil, o Conglomerado mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: www.alfanet.com.br > Sobre o Alfa > Gerenciamento de Riscos e de Capital. **Risco de Mercado:** Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Conglomerado, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Conglomerado exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria. **Risco de Liquidez:** O Conglomerado deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Conglomerado deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações. **Risco de Crédito:** O Conglomerado tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência sejam aplicados na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos a Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas. **Risco Operacional:** O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional, associado aos produtos e os fluxos operacionais das principais atividades do Conglomerado, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores. O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Conglomerado, certificando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes. A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Conglomerado, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Conglomerado. **Risco Socioambiental:** O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Conglomerado visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação, decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

(15) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atender sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia e com a autorização do Diretor de Tesouraria. Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de swap, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem somente a operações para proteção patrimonial. Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo). Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

a) Instrumentos financeiros derivativos:

	30/06/2019	30/06/2018
Instrumentos financeiros derivativos para negociação	4.950	7.809
Instrumentos financeiros derivativos para hedge de valor justo	(403.968)	(136.248)
Total	**(399.018)**	**(128.439)**
Ativo instrumento financeiro de curto prazo	6.654	7.219
Ativo instrumento financeiro de longo prazo	4.323	23.669
Passivo instrumento financeiro de curto prazo	(74.743)	(47.323)
Passivo instrumento financeiro de longo prazo	(335.252)	(112.004)
Total	**(399.018)**	**(128.439)**

b) Instrumentos financeiros derivativos para negociação:

	30/06/2019 Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Pré	54.099	95.829	99.889
Mercado Interfinanceiro	51.000	95.027	95.027
Posição Ativa	**105.099**	**190.856**	**194.916**
Pré	51.000	97.364	100.756
Mercado Interfinanceiro	54.099	89.210	89.210
Posição Passiva	**105.099**	**186.574**	**189.966**
Contratos de Swaps			
- Exposição Líquida	**–**	**4.282**	**4.950**

	30/06/2018 Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Pré	120.092	188.246	195.145
Mercado Interfinanceiro	108.890	193.785	193.738
Posição Ativa	**228.982**	**382.031**	**388.883**
Pré	108.890	192.051	196.645
Mercado Interfinanceiro	120.092	184.474	184.429
Posição Passiva	**228.982**	**376.525**	**381.074**
Contratos de Swaps			
- Exposição Líquida	**–**	**5.506**	**7.809**

c) Instrumentos financeiros derivativos para "hedge" de valor justo:

	30/06/2019 Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Mercado Interfinanceiro	3.180.556	3.576.394	3.576.394
Posição Ativa	**3.180.556**	**3.576.394**	**3.576.394**
Pré	3.180.556	3.729.051	3.980.362
Posição Passiva	**3.180.556**	**3.729.051**	**3.980.362**
Contratos de Swaps			
- Exposição Líquida	**–**	**(152.657)**	**(403.968)**

	30/06/2018 Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Mercado Interfinanceiro	2.813.439	3.231.980	3.231.186
Posição Ativa	**2.813.439**	**3.231.980**	**3.231.186**
Pré	2.813.439	3.306.782	3.367.434
Posição Passiva	**2.813.439**	**3.306.782**	**3.367.434**
Contratos de Swaps			
- Exposição Líquida	**–**	**(74.802)**	**(136.248)**

d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	30/06/2019 Ativo - Saldo a Receber Negociação	Hedge de valor justo	Total
swaps	10.977	–	**10.977**

	30/06/2018 Ativo - Saldo a Receber Negociação	Hedge de valor justo	Total
swaps	14.334	16.554	**30.888**

	30/06/2019 Passivo - Saldo a Pagar Negociação	Hedge de valor justo	Total
swaps	(6.027)	(403.968)	**(409.995)**

	30/06/20108 Passivo - Saldo a Pagar Negociação	Hedge de valor justo	Total
swaps	(6.526)	(152.801)	**(159.327)**

e) O Saldo de instrumentos financeiros derivativos a pagar/receber estavam distribuídos segundo as seguintes faixas de vencimento:

Ativo

Negociação:

	30/06/2019 1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swap	1.780	4.874	4.323	–	**10.977**

	30/06/2018 1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swap	1.765	4.857	7.512	200	**14.334**

Hedge de valor justo:

	30/06/2019 1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swap	–	–	–	–	**–**

	30/06/2018 1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swap	–	597	3.541	12.416	**16.554**

Passivo

Negociação:

	30/06/2019 1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swap	(730)	(1.780)	(3.517)	–	**(6.027)**

	30/06/2018 1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swap	(680)	(2.818)	(2.689)	(339)	**(6.526)**

Hedge de valor justo:

	30/06/2019 1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swap	(16.490)	(55.743)	(154.144)	(177.591)	**(403.968)**

	30/06/2018 1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Swap	(8.862)	(34.963)	(72.644)	(36.332)	**(152.801)**

f) Os seguintes resultados foram registrados sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	1º Semestre 2019 Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	843	(156.328)	**(155.485)**

	1º Semestre 2018 Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	254	13.835	**14.089**

g) O ajuste de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, que reduziu o ajuste positivo da carteira de crédito, dentro da efetividade conforme regulamentação vigente, foi o seguinte:

	1º Semestre 2019 Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	(683)	(93.343)	**(94.026)**

	1º Semestre 2018 Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	(1.246)	72.820	**71.574**

Contabilidade de "Hedge": A Companhia adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de "hedge" a Administração tem por objetivo proteger o "spread" de suas operações de crédito. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de "hedge" pela contabilidade de "hedge". **h) Análise de Sensibilidade:** Em conformidade com a instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, a Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa. O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: **a)** situação de estresse determinada pela Companhia e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão na data-base destas demonstrações financeiras; **b)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada; e **c)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentados por exigência da instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

	30/06/2019 Exposição	MTM Exposição	Estresse Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixada	860.488	(17.782)	(14.632)	(28.421)	

	30/06/2018 Exposição	MTM Exposição	Estresse Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixada	976.613	(16.452)	(20.390)	(38.665)	

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

(16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras Despesas Administrativas:

	1º Semestre 2019	1º Semestre 2018
Processamento de dados	(14.614)	(12.058)
Serviços técnicos especializados	(3.811)	(4.365)
Aluguéis	(4.268)	(3.573)
Serviços do sistema financeiro	(3.728)	(3.442)
Serviços de terceiros	(2.507)	(2.461)
Propaganda e publicidade	(2.467)	(642)
Viagem	(1.374)	(1.002)
Promoções e relações públicas	(1.348)	(1.216)
Depreciação e amortização	(992)	(868)
Manutenção e conservação de bens	(621)	(535)
Comunicações	(319)	(1.137)
Água, energia e gás	(305)	(217)
Outras despesas administrativas	(2.072)	(1.992)
Total	**(38.426)**	**(33.508)**

b) Outras Receitas Operacionais:

	1º Semestre 2019	1º Semestre 2018
Reversão de provisão para contingências trabalhistas	–	1.825
Dividendos e juros sobre o capital recebidos	415	473
Atualização de tributos a compensar e recuperação de depósitos judiciais	549	631
Receita com portabilidade de crédito	445	343
Dividendos prescritos	490	442
Recuperação de tributos	–	276
Reversão de provisão para ações cíveis	7	121
Outras rendas operacionais	161	1
Total	**2.067**	**4.112**

continua

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555
www.luzpublicidade.com.br

continuação

ALFA FINANCEIRA

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 - EM R$ MIL

Ouvidoria: 0800-7220140

c) Outras Despesas Operacionais:

	1º Semestre	
	2019	2018
Contingências trabalhistas	(9.708)	(6.969)
Prêmio de operações de vendas - ligadas (*)	(6.522)	(5.962)
Despesas com intermediação/equalização de contratos	(4.206)	(3.229)
Comissões	(3.827)	(3.410)
Ressarcimento de custo de originação	(1.801)	(1.623)
Contingências cíveis	(1.195)	(533)
Despesas com créditos inadimplentes	(628)	(927)
Atualização de tributos e complemento para provisão para contingências fiscais	(149)	(141)
Outras despesas operacionais (**)	(1.926)	(3.185)
Total	**(29.962)**	**(25.979)**

(*) Conforme nota explicativa nº 5e refere-se ao prêmio com cessão de crédito sem coobrigação com a empresa ligada Banco Alfa S.A..

(**) Inclui basicamente despesas com indenizações trabalhistas e cíveis.

d) Resultado não Operacional:

	1º Semestre	
	2019	2018
Lucro na alienação de valores e bens	192	124
Prejuízo na alienação de valores e bens	(421)	(219)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	446	(353)
Outras receitas/despesas não operacionais	2	30
Total	**219**	**(418)**

e) Contratação de Seguros: O Conglomerado Financeiro Alfa tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado Financeiro Alfa era composta por R$ 90.035 (30/06/2018 R$ 75.855) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R$ 6.000 (30/06/2018 R$ 6.000) e R$ 3.000 (30/06/2018 R$ 2.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado Financeiro Alfa. **f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia não mantém planos de remuneração em ações *(stock options)* e outros benefícios pós emprego a seus empregados. **g) Índice de Capital:** As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA). O PRMR é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. O Conglomerado Financeiro Alfa, em 30 de junho de 2019, atingiu índice de capital de 20,11% (30/06/2018 19,21%) calculado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial", nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 28/02/2013, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2019, que equivale a 10,5% (PR 8,0% + ACP 2,5%).

	Prudencial (1)	
	30/06/2019	30/06/2018
Patrimônio de Referência - Nível I	**2.450.766**	**2.342.884**
Capital Principal	**2.450.766**	**2.342.884**
Patrimônio Líquido	2.491.173	2.383.277
(–) Ajustes Prudenciais	(40.407)	(40.393)
Patrimônio de Referência (PR)	**2.450.766**	**2.342.884**
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**12.187.135**	**12.196.421**
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	10.464.382	10.007.077
Risco de Mercado	513.257	1.024.034
Risco Operacional	1.209.496	1.165.310
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	**974.971**	**1.051.941**
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	**304.678**	**228.683**
Índice de Basileia	**20,11%**	**19,21%**
Capital de Nível I	**20,11%**	**19,21%**
Capital Principal	**20,11%**	**19,21%**

(1) Conforme a Resolução BACEN nº 4.278, de 31/10/2013, a partir da data-base de janeiro de 2015, o índice de capital passou a ser apurado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial". Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º trimestre de 2015, entrou em vigor a Circular BACEN nº 3.748, de 26/02/2015, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). Em 30 de junho de 2019, o Índice de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 14,24% (30/06/2018 15,83%).

Ajuste Prudencial: Em atendimento à Resolução CMN nº 4.277 de 31/10/2013, com nova redação dada pela Resolução CMN nº 4.389 de 18/12/2014, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial. A Administração do Conglomerado Financeiro Alfa não identificou ajustes a serem realizados, tendo em vista que os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente, cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

(17) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	1º Semestre	
	2019	2018
No início do período	898.078	721.717
Disponibilidade	10.176	1.642
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	887.902	720.075
No final do período	830.699	725.961
Disponibilidade	12.757	10.795
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	817.942	715.166
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	(67.379)	4.244

(i) Refere-se a operações cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - Presidente

Conselheiros

Humberto Mourão de Carvalho **Luiz Alves Paes de Barros**

DIRETORIA

Rubens Bution - Diretor Presidente

Diretores

Antonio José Ambrozano Neto **Fabiano Siqueira de Oliveira**
Fabio Alberto Amorosino **Pedro Elias Dabbur**

CONTADORA

Eliane Carolina Quaglio Arjonas
CRC 1SP 232.846/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e nº 5, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, obedece aos critérios mínimos exigidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, divididos em nove faixas de risco, sendo "AA" o melhor rating e "H" o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. A Companhia constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseia em análises internas e na conjuntura econômica, setorial e individual de cada cliente para avaliar tal necessidade. As premissas utilizadas visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido à relevância das operações de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

• Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos relacionados de aprovação, registro, classificação das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, formalização das análises e revisões de riscos de crédito, a sua inclusão no sistema e, com o auxílio de nossos especialistas na área de tecnologia, a interface entre o referido sistema e a contabilidade. Adicionalmente analisamos, com base em amostragem, as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, tais como atraso na operação e deterioração das condições do tomador do crédito. Com base em amostragens, analisamos documentos suporte preparados pela Companhia para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com os requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019 tomadas em conjunto.

• Provisão e Passivos Contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e nº 11, a Companhia constitui, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação do valor das estimativas, é considerado a opinião de assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamentos de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pela Companhia. As premissas utilizadas são formalizadas em políticas institucionais e visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido ao grau de julgamentos e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

• Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e efetividade operacional dos controles relativos ao cadastro, avaliação do risco, cálculo e registro da provisão, acompanhamento do processo e encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e passivos contingentes. Por amostragem, realizamos procedimentos de auditoria quanto às constituições, reversões e suficiência da provisão. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Avaliamos a adequação das premissas utilizadas na metodologia da mensuração dos valores, a memória de cálculo da provisão, os dados e informações históricas e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento para contingências e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019 tomadas em conjunto.

• Valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos - Estrutura Hedge *Accounting*

Conforme notas explicativas nº 2 e nº 15, a Companhia calcula o valor justo dos seus instrumentos financeiros derivativos (operações de crédito designadas para cobertura ("hedge") de risco de mercado) tomando como base as informações divulgadas no mercado futuro (B3 - Brasil, Bolsa e Balcão). A Companhia possui contratos de SWAP (CDI x PRÉ) que, em parte, foram realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos financeiros. Essa estrutura de proteção está classificada como "Hedge" de Risco de Mercado, tendo como item objeto as operações de crédito. As operações de crédito designadas para "hedge" de risco de mercado são mensuradas a valor de mercado. Para cálculo do valor justo, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. A mensuração a valor justo tanto dos derivativos como do item objeto de "hedge" devem atender aos critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02, norma que estabelece e consolida critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, além de políticas e controles para garantir a sua efetividade. Devido ao julgamento envolvido para precificação dos derivativos e premissas utilizadas para mensuração a valor de mercado do item objeto de "hedge", consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

• Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho e os controles internos adotados pela Companhia para mensuração do valor de mercado dos instrumentos derivativos, do item objeto de "hedge" e para o acompanhamento da estrutura de "hedge". Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos os modelos desenvolvidos pelos profissionais da Companhia para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos critérios para definição dos parâmetros e das informações incluídas nos modelos de precificação utilizados, recalculamos o valor das operações e comparamos as premissas usadas para determinação do valor justo com operações similares no mercado. Ainda, com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, obtivemos o entendimento das estratégias de proteção adotadas pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas a contabilidade de hedge para preservar o *spread* das operações de crédito. Avaliamos a suficiência da documentação preparada pela Companhia que suporta a designação como contabilidade de proteção, especificamente as designações formais contendo as descrições de todas as estratégias, metodologias utilizadas para mensuração da efetividade. Efetuamos ainda o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo e retrospectivo preparados pela Companhia. Adicionalmente, analisamos se as informações apresentadas em notas explicativas atendem a todos os requisitos de divulgação determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02 e aplicáveis à Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, item objeto de "hedge" e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de

continua

LUZ Publicidade (11) 3121-5555
www.luzpublicidade.com.br

ALFA FINANCEIRA

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ouvidoria: 0800-7220140

que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de agosto de 2019

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador - CRC 1SP153569/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A..

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 7 vezes no período de janeiro a junho de 2019, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

O Comitê de Auditoria mantém perfeita sinergia com o Comitê de Riscos, tendo um membro em comum. Fez uma reunião semestral com o Diretor da área de Riscos obtendo uma visão estratégica geral, bem como, uma reunião com o Gerente Geral de Administração de Riscos, para um acompanhamento mais focado nos aspectos mais relevantes, e enquadramentos definidos pela Administração.

Ouvidoria

Foi acompanhada, mediante reuniões, relatórios por ela produzidos e monitoramento de atividades, as quais foram referendadas de acordo com as normas da Resolução BACEN nº 4.433, de 23/07/2015, e das Circulares BACEN nº 3.778, de 30 de dezembro de 2015 e nº 3.503, de 16/07/2010, excluídos os artigos 1º e 2º. A partir de 02 de julho de 2018, os efeitos da Resolução BACEN nº 4.629, de 25/01/2018 e da Circular nº 3.881, de 02/07/2018.

Controles Internos

O Comitê considerou eficazes as atividades desenvolvidas, entendendo-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é objeto de análise pela área responsável, auditoria interna e externa, fazendo com que o Comitê julgue o sistema de controles internos adequado ao porte e complexidade de seus negócios.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Discussão sobre os processos das várias empresas do Conglomerado com relação à prevenção de lavagem de dinheiro, tendo em vista às suspeições ou desabonos que possam existir. O relatório semestral ICVM 505/2011 deverá conter informações detalhadas da área.

Auditoria Externa e Interna

As empresas responsáveis pela auditoria externa são a KPMG Auditores Independentes e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, pela prestação dos serviços de auditoria das empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A..

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 30/06/2019; e b) Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999. Relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do terceiro e quarto trimestre de 2018.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se, ainda, que durante esse período, o Comitê de Auditoria, em nenhum momento, foi acionado, nem tampouco se deparou com qualquer situação, que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias, na condução de suas atividades.

Há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada em seus trabalhos, que viessem a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado, daí se concluindo como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras, do semestre encerrado em 30 de junho de 2019, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 08 de agosto de 2019

Paulo Aluízio Machado de Andrade
Ciderlene Justino de Souza **Fernando Luiz Ramos Pompeia**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: **(i)** o Estudo Técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica “Créditos Tributários”; **(ii)** o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2019, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e **(iii)** a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos titulares de ações preferenciais.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Ailton Carlos Canette **Paulo Caio Ferraz de Sampaio**
Nelson Marcelino **Luiz Gonzaga Ramos Schubert**

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555
www.luzpublicidade.com.br